

FHC

CRISTIANA LÔBO

ESTADO DE SÃO PAULO

O segundo reinado de FH

No lendário político, sempre se disse que a votação secreta era temida pelos candidatos por causa da tentação à traição. Pois bem, o governo Fernando Henrique Cardoso está tão forte no Congresso que até as traições já são a seu favor. Primeiro, foi a emenda da reeleição que obteve inesperadas adesões de última hora; ontem, foi a vez de Antônio Carlos Magalhães eleger-se com 52 votos — arrancando 5 dos declarados a seu opositor Íris Resende —; e hoje será a eleição de Michel Temer, dada como certa com mais de 300 votos.

Isso significa que, daqui para a frente, o governo contará com uma base de sustentação muito mais firme do que aquela do início do governo, tradicionalmente o momento mais forte de um governo eleito pelo voto direto. E mais: no período de negociação de votos para aprovar a emenda da reeleição houve uma convivência mais estreita entre caciques do PFL, do PSDB e do PMDB que permitiu transformar a aliança política de conveniência formalizada em 1994 numa aliança mais com afinidades e um projeto de poder que pode ultrapassar as eleições de 1998 com Fernando Henrique Cardoso. Bem diferente da Aliança Democrática de 1985 que se defez na metade do mandato de Sarney.

Hoje, pode-se somar parcela do PMDB ao PFL, ao PSDB e ao PTB que fizeram a coligação para eleger Fernando Henrique em 1994. Não na unidade que os outros três apresentam, mas seguramente 80% de sua bancada. É o que se chama de "a banda" que o governo sempre quis a seu lado. A outra é a dos caciques que foram derrotados nas eleições de 1994, de 1996 e, agora, no embates do Congresso como a emenda da reeleição. Desse lado devem ficar apenas Orestes Quêrcia e Paes de Andrade. Íris Resende que enfrentou Antônio Carlos Magalhães na disputa de ontem poderá rapidamente se recompor com o governo, assim como Ronaldo Cunha Lima e José Sarney.

Fazendo as contas: 100 votos do PFL, 87 do PSDB, 24 do PTB e 80 do PMDB e mais os votos pingados do PPB, do PL e outros na-

nícios, o governo poderá obter tranquilamente os 308 votos necessários para aprovar as emendas constitucionais que ainda estão pendentes. E é exatamente isso que o Palácio do Planalto pretende fazer logo depois de aprovar em segundo turno na Câmara a emenda da reeleição. Lá, será retomada a tramitação da reforma administrativa que foi paralisada justamente para não provocar efeitos negativos à emenda da reeleição. E no Senado será iniciada a votação da reforma da Previdência, também estacionada há mais de seis meses.

Com essa base parlamentar consolidada, o governo poderá inaugurar uma nova fase do relacionamento com o Legislativo. As negociações que até então eram praticamente personalizadas, agora passarão a ser em bloco. Traba-

lha no Congresso, hoje, um grupo majoritário com afinidades ideológicas e projeto de poder, que inclui a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Ganha com isso o presidente da República que terá seu trabalho facilitado daqui por diante.

De 1985 para cá, para citar apenas os governos civis, nunca o presidente da República pôde contar com tantos votos no Congresso e com essa maioria tranquila que se tem apresentado a Fernando Henrique Cardoso. Não se pode esquecer,

contudo, que essa facilidade política é decorrência do sucesso econômico. Neste período de 1985 para cá também nunca se teve período tão longo de inflação baixa.

É precisamente a essa leitura que se apega o presidente Fernando Henrique para fugir à sanha dos aliados por mudanças no governo. O presidente da República sempre disse que "o povo quer serenidade do governo e não gosta de sobressaltos" — uma justificativa para resistir às pressões para substituir ministros ao gosto dos políticos.

É certo que o presidente Fernando Henrique cuidará apenas de preencher os Ministérios da Justiça e Transportes, que serão do PMDB — já eram dele e serão mantidos. E, agora, Fernando Henrique pode recorrer à máxima do futebol: "Não se mexe em time que está ganhando."



■ Cristiana Lôbo é jornalista

O governo poderá inaugurar nova fase do relacionamento com o Legislativo